

Notas sobre a ascensão e crise da etapa neoliberal do imperialismo



Notes on the rise and crisis of the neoliberal stage of imperialism

Reflexiones sobre el ascenso y crisis de la etapa neoliberal del imperialismo

Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos¹

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2025v13n1p145-163

Enviado: 20 de Janeiro de 2024
Aceito em: 12 de Maio de 2025

RESUMO

Partindo da premissa que imperialismo continua sendo um conceito-chave para se entender o mundo atual, o argumento central desenvolvido é que vivenciamos a crise da etapa neoliberal do sistema imperialista liderado pelos Estados Unidos da América (EUA). Assim, o artigo está dividido em quatro tópicos. No primeiro, faz-se breves apontamentos sobre os debates marxistas inaugurais sobre o conceito de imperialismo e algumas de suas lições para se pensar o presente. No segundo, aprofunda-se a análise sobre as características gerais e transformações do imperialismo sob a gestão dos EUA. No terceiro, a ênfase da análise recai sob os aspectos financeiros e monetários justamente para localizar os contornos da ascensão e crise da etapa neoliberal. Por último, traçam-se algumas observações sobre as facetas mais atuais dessa crise do imperialismo, que se manifesta, dentre outros elementos, na agenda da des-dolarização.

Palavras-chave: Imperialismo; Neoliberalismo; Crise; Finanças e Moeda.

ABSTRACT

Assuming that imperialism remains a key concept for understanding the current world, the central argument developed in this article is that we are experiencing the crisis of the neoliberal stage of the imperialist system led by the United States of America (USA). Therefore, the paper is divided into four topics. In the first, brief notes are made on the inaugural Marxist debates about the concept of imperialism, and some of their lessons for thinking about the present. In the second, the analysis deepens on the general characteristics and transformations of imperialism under the management of the USA. In the third, the focus of the analysis falls on financial and monetary aspects precisely to locate the contours of the rise and crisis of the neoliberal stage. Finally, some observations are made about the most current facets of this crisis of imperialism, which manifests itself, among other elements, in the agenda of de-dollarization.

1. Professor da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas da Universidade Salvador (UNIFACS). Doutor em Direito Econômico, Mestre em Direitos Humanos e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador visitante no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com foco em iniciativas dos BRICS junto ao sistema monetário e financeiro. Coordenador do BRICS+ Research Center (NEPBRICS/UFBA). E-mail: jm.vasconcelos@ufba.br

Keywords: Imperialism; Neoliberalism; Crisis; Finance and Currency.

RESUMEN

Partiendo de la premisa de que el imperialismo sigue siendo un concepto clave para entender el mundo actual, el argumento central desarrollado es que estamos viviendo la crisis de la etapa neoliberal del sistema imperialista liderado por los Estados Unidos de América (EE.UU.). Por lo tanto, el artículo se divide en cuatro temas. En el primero, se realizan breves apuntes sobre los debates marxistas iniciales sobre el concepto de imperialismo y algunas de sus lecciones para pensar en el presente. En el segundo, se profundiza en el análisis de las características generales y transformaciones del imperialismo bajo la gestión de los EE.UU. En el tercero, la atención del análisis se centra en los aspectos financieros y monetarios precisamente para ubicar los contornos del auge y la crisis de la etapa neoliberal. Finalmente, se hacen algunas observaciones sobre los aspectos más actuales de esta crisis del imperialismo, que se manifiesta, entre otros elementos, en la agenda de la desdolarización.

Palabras clave: Imperialismo; Neoliberalismo; Crisis; Finanzas y Moneda.

1 NOTAS BREVES SOBRE O DEBATE CLÁSSICO DE IMPERIALISMO

O imperialismo é conceito que emerge historicamente das análises sobre os processos de associação entre o poder político e frações do capital (em especial, do capital financeiro), que passariam a moldar as hierarquias e as dinâmicas de competição. Rudolf Hilferding foi um dos pioneiros neste tipo de leitura dentro do campo marxista, ao publicar, já em 1910, a obra *O Capital Financeiro*, sustentando que o processo de concentração e centralização do capital impulsionava, de um lado, a força de uma oligarquia financeira sobre as demais frações da burguesia cada vez mais subordinadas e associadas ao seu interesse, e, de outro lado, o movimento de expansão e integração dos mercados, elevando, assim, o território e o nível da disputa inter-capitalista a patamares potencialmente explosivos (Hilferding, 1997, p.29).

Por outro ângulo, Rosa Luxemburgo publicou, em 1913, o trabalho *A Acumulação de Capital*, argumentando que o imperialismo representaria a expressão política da lógica do processo de acumulação do capital. Todavia, para Luxemburgo (1970, p.393), o impulso pela expansão dos mercados e pela internacionalização das empresas surgiria como resposta à crônica tendência ao subconsumo das massas.

Nikolai Bukharin, por seu turno, escreveu, em 1915, *O Imperialismo e a Economia Mundial*, interpretando as políticas expansionista e protecionistas das potências capitalistas à época da 1ª GM como “a política do capital financeiro”. Para Bukharin (1972, p.170), diferentemente de outras épocas, seria o capital financeiro que conferiria especificidade da política imperialista.

Em diálogo crítico com tais visões, Vladimir Lenin escreveu, em 1916, a obra *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, sintetizando o debate precedente sobre o tema e apresentando sua leitura sobre as características particulares do fenômeno. Em concordância com Hilferding, o processo de formação de monopólios seria, para Lenin, a chave para

se compreender a particularidade da fase do capitalismo vivenciada. No entanto, diferentemente do primeiro, que formulou o conceito de *capital financeiro* para explicar o processo de unificação do capital bancário com o capital industrial, Lenin utilizou-se do termo para designar *uma nova modalidade de acumulação*, que tinha na exportação de capitais um dos seus principais instrumentos para criar uma rede internacional de dependências das demais esferas do capital aos interesses financeiros. Se, enquanto predominava a livre concorrência, o que caracterizaria o capitalismo seria a exportação de mercadorias, a fase monopolista tinha como particularidade justamente a exportação de capitais. Este processo seria resultante da própria situação monopolística, que, ao alcançar níveis elevados de acumulação, colocava a exportação de capitais como uma alternativa lucrativa ao excedente produzido. Observando esse movimento dos capitais em importantes setores da economia (petróleo, aço, minério, zinco etc.), Lenin (2008, p.74) apontou para a formação de “super monopolios” como núcleo da lógica da “partilha do mundo” sob dominação do capital financeiro.

Ainda que apresentando diferenças entre si, é possível afirmar que esses clássicos do marxismo buscam compreender o imperialismo justamente a partir da relação que se estabelece entre o poder político e as disputas das grandes corporações naquela etapa do capitalismo. Nesse sentido, um dos aspectos que gostaríamos de chamar à atenção é de que a análise sobre o imperialismo coloca em destaque o importante papel desempenhado pelo Estado na *dinâmica* do capitalismo. Ou seja, o Estado não seria apenas central na origem e organização do modo de produção (como pelo papel da dívida pública, pela regulação dos cercamentos, pela legislação fabril e penal, bem apontados por Marx no capítulo sobre a “Acumulação Primitiva”, na obra *O Capital*), mas é também parte constitutiva do próprio *desenvolvimento capitalista*. Essa associação se manifesta na criação de estruturas regulatórias e produtivas para a reprodução e expansão de capitais em detrimento de outros, como por meio de políticas protecionistas e de promoção das exportações de mercadorias e capitais.

Em apertada síntese, uma das grandes lições que os clássicos nos deixam é a da observação de que, assim como na dinâmica mercantil a concorrência leva à concentração e centralização de capitais, no plano geopolítico a competição interestatal leva à concentração e centralização de poder político. Dessa dupla dinâmica, forma-se uma oligarquia de Estados, que organiza os quadros gerais da acumulação, estabelecendo o terreno jurídico, político, valorativo sob o qual os conflitos, em nível mundial, devem ocorrer. Este quadro é o imperialismo, que expressa um conjunto de formas sociais e institucionais moldadas conforme os interesses fundamentais do capital financeiro e suas potências estatais associadas. Importante notar que o imperialismo é um quadro de equilíbrios instáveis, dentro e fora da oligarquia estatal dominante; por isso, é dinâmico e mutável ao longo do tempo. Inclusive, se à época dos escritos dos marxistas supramencionados, o sistema imperialista tinha como epicentro o Reino Unido, a dinâmica do bloco capitalista ao longo do século passaria progressivamente a gravitar em torno dos EUA.

2 O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

Apesar do imperialismo expressar um quadro complexo de forças e interesses, conformando diferentes dinâmicas na ordem global ao longo do tempo, têm sido os EUA o seu ponto central de ancoragem, ao menos desde a 2^a GM. Ou seja, ainda que existam países com práticas imperialistas (Inglaterra, França, para ficar em alguns poucos exemplos), que, inclusive, já disputaram a liderança dentro da oligarquia internacional, desde a 2^a metade do século XX, o imperialismo tem sido sobretudo *liderado e organizado* pelos EUA (Furno, 2022). Posição de destaque alcançada pela sua (i) supremacia militar, (ii) hegemonia político-cultural e (iii) pela dominação econômica.

Em termos militares, não é exagero afirmar que os EUA são a maior máquina de guerra já produzida na história. Nenhum outro país ou povo conseguiu desenvolver um setor bélico tão expressivo e fazer penetrar suas forças armadas nos mais diversos cantos do planeta. Dados recentes apontam, por exemplo que os EUA respondem por cerca de 40% do orçamento mundial em armamentos², tendo mais de 800 bases militares fora do país³. Desde a sua independência, esse país tem, em média, participado de uma guerra a cada 3 anos (Fiori, 2022a). O complexo militar tem sido um vértice central na dinâmica econômica, política, social e cultural dos EUA, sendo mobilizado em prol dos interesses estratégicos das burguesias nacionais e associadas. Desde o fim da Guerra Fria, inclusive, são os EUA e seus aliados que monopolizam o “direito” de guerra, ditando os termos e as possibilidades dos conflitos no globo. Direito unilateral recentemente posto em xeque pela ação russa na Ucrânia (Fiori, 2022b). Do ponto de vista político e cultural, os EUA detêm igualmente uma importante hegemonia internacional. Suas instituições, seus autoproclamados valores fundamentais de liberdade, de democracia, de bem-viver etc., seus hábitos de consumo, sua produção artística e cultural, em suma, o *american way of life*, são tomados como a principal referência mundo afora. É possível observar nas mais diversas áreas da vida social - universidades, jornais, filmes, aplicativos de entretenimento etc. - a presença maciça de verdadeiros “aparelhos ideológicos de estado” (Althusser, 2002) atuando em prol da hegemonia estadunidense. Em termos econômicos, o processo virtuoso de industrialização e o extraordinário crescimento dos EUA observados já a partir do século XIX ajudaram a criar as condições materiais para superar a concorrência e ultrapassar os entraves do sistema imperialista centralizado até então pelo Reino Unido, especialmente do campo monetário e financeiro, como falaremos em mais detalhes no tópico seguinte.

De forma sintética, podemos afirmar que a posição de liderança dos EUA foi erigida pela capacidade de impor derrotas aos seus competidores sistêmicos. De um lado, o país liderou a coalização de forças burguesas contra a ameaça soviética, vencendo a Guerra Fria. De outro lado, os EUA atuaram para limitar as forças de seus próprios aliados sempre que necessário, garantido que seus rivais “internos” não afetassem a sua posição dentro do bloco imperialista, a exemplo do papel de sua moeda nas relações econômicas internacionais.

2. Vide: <https://www.ihu.unisinos.br/categories/618204-estados-unidos-uma-economia-de-guerra-contra-a-sociedade>

3. Vide: <https://jacobin.com.br/2022/06/o-arquipelago-blindado>

2.1 Moeda e imperialismo

A moeda não é apenas um meio de troca para a realização das trocas mercantis e uma reserva de valor das mercadorias, mas ela é também um instrumento de poder (Fiori, 1999). Ou seja, a dinâmica entre moedas nacionais expressa, historicamente, as relações de força entre os países, que se condensam em um dado *sistema monetário e financeiro*, que, não sem espanto, se molda justamente para favorecer a dinâmica de acumulação daquele país que consegue impor a sua moeda nacional como a moeda de curso internacional. Notemos que diferentes configurações sobre o padrão monetário utilizado como reserva mundial de valor e, com isso, como referência para determinação das taxas de conversões cambiais, bem como sobre o nível de mobilidade de capitais permitido entre os países, além de orientarem as trocas comerciais, possuem enormes implicações na dinâmica das sociedades (Broz; Frieden, 2001; Haggard; Maxfield, 1996; Martin, 2015). Assim sendo, cada sistema monetário e financeiro corresponde a desiguais relações de perdas e de ganhos – seja em termos de recursos econômicos, seja em termos de poder político – entre os setores, no plano tanto nacional quanto mundial.

Ainda que portando variações regionais, o chamado sistema “padrão-ouro” britânico preponderou ao longo do século XIX até a 1^a GM (Eichengreen, 2008). Em linhas gerais, pode ser caracterizado pela existência de regras explícitas de conversibilidade das moedas nacionais em ouro, por meio de um preço fixo, permitindo uma livre arbitragem internacional dentro de bandas estreitas (as chamadas *gold points*). Naquele sistema, a moeda de curso internacional era a Libra Esterlina, expressando a supremacia do circuito financeiro do Reino Unido naquela etapa do imperialismo mundial. Além disso, havia regras implícitas a orientarem o comportamento dos países, como os Bancos Centrais atuando enquanto garantidores em última instância e como estabilizadores da paridade cambial, bem como o entendimento de que governos não poderiam artificialmente influenciar o preço de suas moedas (Mckinnon, 1993, p. 03-06).

O ocaso do imperialismo britânico correspondeu também à crise do sistema monetário e financeiro lastreado na sua moeda. O padrão libra-ouro não resistiu aos eventos decorrentes do acirramento da competição inter-imperialista e da Crise de 1929, tendo sido progressivamente abandonado pelas principais potências capitalistas concorrentes, inaugurando um período de virtual anarquia monetária e financeira durante o período. A estabilização das relações econômicas internacionais somente aconteceria com o sistema estruturado após uma série de encontros, no crepúsculo da 2^a GM, na cidade estadunidense de Bretton Woods. Esse sistema foi componente fundamental do arranjo imperialista emergentes, liderado a partir de então pelos EUA, reorganizando as relações (e, consequentemente, as hierarquias) no capitalismo.

Na visão de Eric Helleiner (2010, p. 620), o “Sistema Bretton Woods” seria melhor entendido como a síntese de um extenso processo de transformações incrementais e contraditórias em torno do padrão anterior. Processo que pode ser, em sua visão, organizado em quatro fases: (i) uma

crise de legitimidade, (ii) um interregno, (iii) uma fase constitutiva e (iv) uma fase de implementação. Assim, descreve o cenário de crise dos anos 1930 como um momento de deslegitimização das ideias liberais e, por conseguinte, do modelo teórico que embasava o sistema padrão-ouro. Entre os anos de 1930 e 1944, a fase do “interregno” caracteriza a coexistência de diferentes propostas de reformas, experimentações e debates teóricos até o início da fase “constitutiva”, com as mencionadas conferências. Concluído o Acordo em 1944, a fase de implementação, que seria a de persuasão e de ratificação dos países, revelou-se bastante conflituosa, requerendo ajustes com a ocorrência de novas crises econômicas (Helleiner, 2010, p. 623-625)⁴.

4. Apesar de didática a tipologia de Eric Helleiner, ressaltamos que, tão importante quanto organizar os processos em “fases”, importa analisar os conflitos sociais subjacentes que respondem pelos (e ajudam a entender os) sentidos dessas mudanças. Disso, a importância da leitura sobre o imperialismo.

Durante as negociações em Bretton Woods, as lideranças – notadamente dos EUA e do Reino Unido – buscavam reestabelecer relações econômicas internacionais por meio de um sistema monetário e financeiro que permitisse aos governos perseguirem políticas monetárias autônomas, evitando os constrangimentos da época do padrão-ouro (McKinnon, 1993, p. 11-19). Em outras palavras, as unidades nacionais buscavam maior controle sobre a moeda para viabilizar políticas orientadas em torno de suas metas de desenvolvimento nacionais.

Em suma, o sistema foi estruturado de modo a permitir uma dinâmica de câmbio fixo com possibilidades de flutuações controladas em relação ao padrão de conversibilidade, a partir da relação Dólar-ouro (substituindo o papel monetário e financeiro outrora ocupado pela Libra Esterlina e pela City Londrina). Ainda, permitiu certos controles nacionais nos fluxos de capitais, criando o Fundo Monetário Internacional (FMI) com o objetivo de amortizar os desequilíbrios no balanço de pagamentos e o Banco Mundial (BM) para servir de dispositivo financiador a projetos de desenvolvimento.

Sobre o BM e o FMI, Luiz Gonzaga Belluzzo (1995) ressalta que tais instituições nasceriam com poderes de regulação inferiores aos idealizados pelos economistas representantes do Reino Unido e dos Estados Unidos naquelas conferências - John M. Keynes e Dexter White, respectivamente. Dada a correlação de forças e a divergência de interesses, resultaram em instituições menos “internacionalistas” e mais submissas aos EUA. Além de a sede de ambas as organizações se localizarem em Washington D.C., tal submissão se revelaria fundamentalmente pelo controle financeiro e político que os EUA exerçeriam sobre elas. Controle financeiro por ser historicamente o país que mais aportou recursos para as instituições; controle político em razão dos poderes que concentram nas estruturas de governança de tais instituições, influenciando, como nenhum outro, as suas ações. No caso do BM, por exemplo, todos os seus presidentes foram escolhidos unilateralmente pelos EUA dentre seus cidadãos, mesmo inexistindo qualquer dispositivo estatutário que determinasse essa “tradição” (Pereira, 2010). Prática semelhante acontece com a seleção do principal cargo no FMI, o de Diretor Geral, que, apesar de ser tradicionalmente ocupado por um cidadão europeu, necessita da aprovação (informal, mas imprescindível) do Tesouro estadunidense (Weisbrot; Johnston, 2016, p. 03). Além disso, destaca-se o fato de deter o chamado “poder de voto” no FMI, visto que controla mais de 15% dos votos e que

85% de votos é o mínimo necessário para a tomada das decisões mais importantes na instituição. A esse quadro de subalternidade, acrescentam-se os poderes exorbitantes conferidos pelo estabelecimento do Dólar como moeda de curso internacional.

Nos termos dessa nova hierarquia internacional erigida pelo imperialismo estadunidense e com a justificação teórica do keynesianismo, o sistema Bretton Woods permitiu alguns governos associados atuarem nas variáveis da demanda, buscando o pleno emprego dos fatores de produção. Para tanto, o fundo público passaria a ser entendido como espaço de ativação das funções econômicas, alocando e redistribuindo recursos de modo a influir nos ciclos da economia. Dentro das possibilidades desse particular arranjo sistêmico, emergiram, por um lado, as teses sobre a industrialização como meio de superação do subdesenvolvimento na periferia. Por outro lado, deu espaço para a social-democracia (*Welfare State*) nas economias centrais, combinando crescimento econômico e distribuição de renda, marcando o período conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo, dada a sua excepcionalidade histórica (Hobsbawm, 1995, p. 253).

2.2 A crise do Sistema Bretton Woods e a etapa neoliberal do imperialismo dos EUA

Uma série de contradições, por conseguinte, deterioraria as bases de funcionamento daquele sistema já ao fim dos anos 1960, expressando conflitos dentro e fora do arranjo imperialista estadunidense. Com o fim do ciclo expansivo da economia mundial do pós-2a GM e a emergência de novas crises econômicas e sociais, um conjunto de hipóteses seria levantado para tentar compreender a extensão e a profundidade das transformações no capitalismo a partir de então. O diagnóstico da “Escola da Regulação”⁵, por exemplo, foi o de que a *débâcle* decorreria do próprio sucesso daquele “modo de desenvolvimento” (Boyer, 2009, p. 130). Para Claus Offe, por outro viés, seriam os mecanismos que permitiram a compatibilidade entre democracia de massas e capitalismo, traço distintivo do *Welfare State*, que entrariam em processo de corrosão. Isso aconteceria tanto por fatores internos do paradigma político (o declínio do que chamou de “sistema partidário competitivo” como forma de participação das massas) quanto pelas consequências do próprio sucesso das políticas keynesianas, que, ao resolverem certos problemas, criariam outros (Offe, 1984, p. 382-383). Michael Beaud, por outro ângulo, destacaria que a ampliação da concorrência comercial, a queda nas taxas de lucros, o aumento do custo da força de trabalho e o agravamento dos conflitos distributivos teriam alterado as bases materiais daquele sistema (Beaud, 1991, p. 335-336). Para Robert Brenner (1998), as crises nas taxas de lucro, impulsionadas pelas mudanças na capacidade produtiva em nível internacional, responderiam pelo desarranjo sistêmico.

Durante aquele período de crise, a liderança estadunidense no arranjo imperialista pareceu, então, ameaçada, não só no plano concorrencial, mas também no controle do padrão monetário e financeiro internacional. A contradição entre o dólar enquanto meio de troca de curso

5. A chamada “Escola da Regulação” se desenvolveu, em especial, no circuito intelectual francês, justamente a partir da questão sobre a natureza das transformações na economia política, a partir de fim dos anos 1960, argumentando que capitalismo deveria ser entendido enquanto sistema que apresenta diferentes “modos de regulação” e “regimes de acumulação” ao longo da história (Boyer, 2009).

internacional e meio de financiamento doméstico se acirrou já ao fim dos anos 1960, notadamente, quando o balanço do país passou de superavitário para acumular crescentes déficits (Toporowski, 2005, p. 106-107). A necessidade de financiamento levou o Tesouro dos EUA a emitir moeda sem a devida contrapartida em barras de ouro, gerando tensões inflacionárias e geopolíticas em torno da confiabilidade do lastro monetário, o que culminaria com a quebra unilateral da conversibilidade em 1971, durante o governo de Richard Nixon. Nesse movimento, os EUA ainda lutariam contra as iniciativas internacionais que buscavam substituir o papel do dólar pelo chamado “Direitos Especiais de Saque” (DES) - uma “cesta de moedas” criada pelo FMI que poderia servir de lastro às relações monetárias internacionais (Belluzzo, 1995, p. 15).

Qualquer tentativa de retirar o circuito financeiro e monetário internacional da órbita dos EUA foi, por sua vez, abortada com a escalada abrupta e sem precedentes dos juros americanos, enterrando de vez os compromissos do sistema Bretton Woods (Belluzzo, 1995, p. 15; Dumenil; Levy, 2005, p. 10). Com isso, o governo dos EUA centralizou a liquidez internacional em torno de sua moeda, preservou o seu papel como reserva internacional de valor e, aproveitando-se das crises financeiras e cambiais mundo afora, atrelou o destino das demais economias aos seus interesses nacionais. *Apesar da e pela crise sistêmica, a supremacia dos EUA seria mantida* (Brenner, 2002, p. 50; Cardim, 2004, p. 13-14; Gowan, 2003; Harvey, 2004, p. 126).

De maneira não linear, conflituosa, informal e sem data precisa, o sistema Bretton Woods viria a ser dilapidado pelos mesmos países que outrora o haviam liderado, até o seu completo abandono já nos anos 1980. Nos termos da tipologia sugerida por Helleiner (2010, p. 620-626), a “crise de legitimidade” do sistema teria sido disparada a partir dos eventos do início dos anos 1970, com a quebra da convertibilidade do Dólar em ouro, com o choque do petróleo e com o quadro de estagflação enfrentado pelas economias avançadas. Em meados dos anos 1970 e início da década seguinte, teria sido deflagrada a fase de “interregno”, onde diversas propostas e experiências conflitantes coexistiram ao redor do mundo. Nesse processo, conformaram-se novos comportamentos no sistema monetário e financeiro, aumentando as pressões para a liberalização dos fluxos de capital como solução para as pressões de liquidez nos balanços de pagamentos. Os governos Reagan, nos EUA, e Thatcher, no Reino Unido, a longo dos anos 1980, poderiam, então, ser entendidos como a fase de “implementação” do novo sistema nas economias avançadas, reordenando a economia mundial.

Comparado ao modelo padronizado erigido em 1944, alguns autores chegam a caracterizar o período atual do SMFI como uma espécie de “não sistema” (Helleiner, 2010, p. 625). Em nossa perspectiva, a ausência de regras preestabelecidas e formalmente postas, como em Bretton Woods, não implica a inexistência de um “sistema” ou de uma “regulação”, mas apenas que este funciona com novas características, das quais são expressões: a dominância de interesses financeiros sobre o conjunto das atividades econômicas e a conformação de uma ordem monetária sem âncora nominal preestabelecida, ainda que tenha no Dólar a principal reserva de

valor internacionalmente aceita, repondo as posições de privilégio dos EUA no sistema internacional⁶.

No plano das ideias, uma das características do neoliberalismo foi a de deslegitimar e marginalizar teses keynesianas, até então a problemática *mainstream*. Em seu lugar, argumentos ultraliberais, de inspiração neoclássica, ganharam terreno, justificando mudanças nas relações comerciais, produtivas e financeiras, cuja meta-síntese, para os países da periferia latino-americana, ficou conhecida como “Consenso de Washington”, especialmente com a desintegração do bloco soviético e a crise das estratégias de industrialização na periferia. Do ponto de vista teórico, argumenta Alfredo Saad-Filho (2005, p. 113), esta meta-síntese representaria a convergência da teoria neoclássica com as políticas do FMI, do BM e do Tesouro dos EUA para os países pobres. Nesse sentido, observaria a existência de duas fases. Na primeira, a ofensiva das justificativas neoclássicas, a saber: (i) em nível micro, a da eficiência dos mercados e ineficiência do Estado; (ii) em nível macro, a da liberdade de capitais e dos benefícios da globalização; (iii) a do problema dos países pobres como resultado da baixa liberdade de seus mercados (Saad-Filho, 2005, p. 114). Nos anos 1990, contudo, ocorreriam reformas nos discursos dessas organizações, em virtude das insatisfações geradas pela incapacidade explicativa do fenômeno asiático, pela ausência dos resultados econômicos almejados e pelas consequências sociais dos ajustes econômicos nos países da periferia. Essa segunda fase é chamada de “Pós-Consenso de Washington”, na qual se observa a emergência da chamada “Nova Economia Institucional”. Sob liderança intelectual de Joseph Stiglitz, ela deslocaria o foco neoclássico na livre competição para abordar as “falhas de mercado” e apontar a importância das instituições na atividade econômica. *Vis-à-vis* o fundamentalismo do Estado-mínimo, o novo discurso abriria a possibilidade de justificar regulações estatais na atividade econômica - contudo, desde que “*market-friendly*”. Por isso que, para Saad-Filho, antes de opostas, trata-se de duas facetas teóricas do neoliberalismo para lidar com as crises que gera (Saad-Filho, 2005, p. 116-118).

Antes, contudo, de darmos um olhar mais atento sobre as características gerais das crises da etapa neoliberal do imperialismo estadunidense, necessário sedimentar o próprio conceito de neoliberalismo.

2.2.1 Neoliberalismo: contornos de um conceito

Apesar de frequente na heterodoxia que analisa as transformações do capitalismo contemporâneo, o termo neoliberalismo é utilizado de diferentes maneiras. A multiplicidade de significados, por vezes, relaciona-se com as dimensões das análises empregadas, se histórica ou lógica/teórica. Contribuiu também para essa diversidade a própria complexidade do fenômeno, vez que não apresenta características invariáveis e gerais, cujas expressões locais não se descolam das questões internacionais (Saad-Filho; Johnston, 2005, p. 02-03).

Na literatura, é possível encontrar quatro tipos de definições de neoliberalismo ao menos: (i) como um conjunto de ideias; (ii) como um rol de políticas; (iii) como uma ofensiva de classe; (iv) como um novo

6. No novo arranjo sistêmico, os EUA teriam a capacidade única de incorrer em crescentes déficits comerciais. Como observa Daniela Prates: “Simultaneamente, ao se libertar das “amarras” da conversibilidade em última instância ao ouro, os Estados Unidos puderam incorrer em déficits comerciais recorrentes, o que teria resultado em outra especificidade do sistema monetário internacional após Bretton Woods: o caráter devedor líquido do país emissor da moeda-chave.” (Prates, 2005, p.268)

7. Essa seção é fortemente influenciada pela classificação apresentada por Alfredo Saad-Filho (2017).

sistema de acumulação (Saad-Filho, 2017, p. 245)⁷. Aqui, seguimos de perto o argumento de que o neoliberalismo é melhor entendido como um novo sistema de acumulação (Fine; Saad-Filho, 2016; Saad-Filho, 2017).

a. Como um Conjunto de Ideias

A dominância das teorias neoclássicas, a partir dos anos 1970, constitui um dos traços marcantes na história da transformação neoliberal do capitalismo. Tratou-se de uma verdadeira mudança de paradigma no debate da economia política. Autores, como os da “Escola de Chicago”, ganharam holofotes com teorizações sobre as distorções da intervenção governamental no funcionamento dos mercados, marginalizando as abordagens keynesianas.

O conjunto das perspectivas neoclássicas acabaria por justificar o “livre-mercado” como eixo de desenvolvimento do capitalismo. Com isso, conferiria justificação teórica para o plano de reformas pró-mercado (privatizações, ajustes fiscais, flexibilizações de direitos trabalhistas e sociais etc.) em andamento.

Em resumo, os teóricos do neoliberalismo tendem a considerar que mercados minimamente regulados seriam a melhor forma de alocar recursos. A penetração social desses argumentos é tamanha que passa a impressão (idealista) de que seriam eles os responsáveis pela alteração nas relações sociais capitalistas ou, ainda, que as transformações sociais seriam dirigidas por tais ideias. Esse é o caso, por exemplo, de Thomas Palley, para quem a razão última da ascensão do neoliberalismo seria explicada pelas divisões teóricas do keynesianismo, notadamente, em torno da “Teoria da Distribuição da Renda”⁸. Esse tipo de equívoco termina ainda por identificar os *discursos* com as *práticas* neoliberais, bem como por negligenciar que se trata de um corpo ideológico fragmentado, com diferentes visões (e não necessariamente coerentes) sobre o funcionamento da sociedade. Por esses motivos, o neoliberalismo não pode ser reduzido a um conjunto cogente de ideias (Fine; Saad-Filho, 2016, p. 04).

b. Como um Rol de Políticas

Outra definição comum de neoliberalismo seria a de um rol de políticas em favor do mercado. Tais políticas seriam inspiradas em teorias neoclássicas, ainda que não se confundam com elas. Tratar-se-iam de políticas que efetivariam a redução da “intervenção” estatal, tida como ineficiente, transferindo progressivamente o controle decisório sobre a alocação de recursos sociais para o mercado, visto como eficiente *per si*. Nesse sentido, o neoliberalismo é, geralmente, visto como uma reação ao quadro regulatório do keynesianismo.

A difusão da narrativa dualista e dicotômica da relação entre Estado e Mercado, contudo, obscurece os processos reais que envolvem o neoliberalismo. De um lado, ela negligencia que tais políticas, apesar do discurso contra intervenção, seriam mais bem compreendidas como uma nova forma de regulação da economia. Nela, as funções públicas são alteradas para viabilizar o livre comércio, manter baixas as taxas de inflação

8. Segundo Palley, “The ultimate cause of the neoliberal revival is to be found in the intellectual divisions of Keynesianism and its failure to develop public understandings of the economy which could compete with the neoliberal rhetoric of ‘free markets’.” (Palley, 2005, p. 21)

(vistas como condição do desenvolvimento) e garantir um sistema financeiro “saudável” (isto é, privatizado e desregulado, porém protegido pelo Estado), tido como condição para a estabilidade macroeconômica (Munk, 2005, p. 69; Saad-Filho, 2017, p. 248). A política neoliberal não é “anti-Estado” *em geral*, mas uma remodelação de suas funções nos mercados.

De outro lado, essa perspectiva leva à incompreensão da relação existente entre as políticas keynesianas e neoliberais. Primeiro porque, historicamente, estas últimas se desdobraram das contradições das primeiras (Boyer, 2009, p. 116). Segundo que, antes de abolir os instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, o neoliberalismo altera os seus objetivos (Duménil; Lévy, 2005, p. 10). Terceiro que induz ao equívoco (nostálgico) de que o período keynesiano seria a antípoda do neoliberalismo, como se outrora fosse estável, desconsiderando as suas instabilidades sistêmicas (Toporowski, 2005, p. 111-112). Por último, germina a ilusão de que a aplicação de políticas keynesianas (ainda que no seu sentido original) seria, por si, capaz de reverter o neoliberalismo, desconsiderando, assim, décadas de reestruturação global da produção, das finanças, dos termos de troca, das classes sociais e das ideologias no capitalismo (Fine; Saad-Filho, 2016, p. 05).

Não se trata, evidentemente, de menosprezar o papel das políticas na conformação do neoliberalismo, mas de posicioná-lo adequadamente dentro do fenômeno, evitando a redução de um termo ao outro. O neoliberalismo não é, portanto, reduzível nem a mudanças regulatórias macroeconômicas (controle de capitais, por exemplo) tampouco microeconômicas (como privatizações) – é melhor compreendido como uma reestruturação econômica e social do próprio capitalismo. Por isso, torna-se necessária uma leitura sobre o padrão de desenvolvimento que impõe e suas correspondentes transformações nas classes sociais.

c. Como uma Ofensiva de Classe

Análises das transformações do capitalismo a partir da ótica da luta de classes são particularmente frequentes nos debates marxistas. Trata-se de uma problemática que evidencia a questão do poder e das relações sociais sob o neoliberalismo. Marxistas têm investigado as novas formas de exploração que os processos do neoliberalismo engendram e impõem sobre os trabalhadores. Essas novas formas se manifestam nas crescentes restrições às liberdades sindicais, nas quedas dos níveis de renda, na redução de direitos sociais, na flexibilização de direitos trabalhistas, no aumento do desemprego entre outros. Para Ricardo Antunes (2005), por exemplo, a classe trabalhadora sofreria agudas alterações tanto na sua materialidade quanto na sua subjetividade, uma verdadeira mutação na sua *“forma de ser”*. Isso seria resultado da reestruturação produtiva sob o neoliberalismo, que implicaria um contraditório e multiforme processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação do “mundo do trabalho”. *Vis-à-vis* o modelo produtivo dominante no período keynesiano, o neoliberalismo, ao alterar a morfologia do trabalho, ampliaria a intensidade dele, precarizaria as condições de vida e atacaria a identidade e a solidariedade de classe.

Outros estudos marxistas, por sua vez, enfatizam que, mais do que “consequências” do modo de funcionamento do capitalismo neoliberal, os ataques à classe trabalhadora seriam a sua verdadeira intenção. Essa é a posição de Gérard Duménil e de Dominique Lévy, por exemplo, os quais argumentam que o neoliberalismo seria, *em essência*, um projeto das classes dominantes – notadamente da sua fração mais rica – para reestabelecer o poder perdido no período keynesiano (Duménil; Lévy, 2005, 2014). Postulando uma análise tridimensional das classes sociais, argumentam que, ao passo que o keynesianismo expressaria uma aliança histórica entre a classe “gerencial” e a “popular”, em desfavor da “capitalista”, o neoliberalismo resultaria da aliança de classe entre a “gerencial” e a “capitalista”, ambas em busca de altas rendas e em desfavor da classe “popular” (Duménil; Lévy, 2014, p. 88-91).

Esse conjunto de abordagens possui o mérito de contribuir com a análise sobre os limites e as contradições sociais do neoliberalismo, apontando para possíveis soluções políticas para a classe trabalhadora. Contudo, ao desconsiderar as especificidades do sistema de acumulação, esse tipo de análise pode passar a impressão (i) do neoliberalismo como uma espécie de “conspiração dos capitalistas” ou (ii) de que a forma keynesiana seria melhor (e, com isso, rebaixa-se o horizonte de transformações para o do retorno ao sistema de acumulação anterior, como se isso fosse possível e não existissem razões materiais para o seu declínio) (Saad-Filho, 2017, p. 249).

d. Como um Novo Sistema de Acumulação

Em nossa perspectiva, a análise do neoliberalismo como um novo sistema de acumulação incorpora os elementos ideológicos, políticos e de classe sem descurar das estruturas materiais particulares que o fundamentam. Nesse sentido, o neoliberalismo é concebido como o estágio de desenvolvimento do capitalismo apoiado pela *financeirização* (Fine; Saad-Filho, 2016; Saad-Filho, 2017).

Frequentemente, emprega-se o termo *financeirização* para expressar o crescente peso de ativos financeiros ou para realçar a importância dos setores financeiros na economia. Esse é o caso, por exemplo, de Gerald Epstein, para quem “*financeirização* significa o crescente papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais.” (Epstein, 2005, p. 03) Esse tipo de definição quantitativa, contudo, não explica como o capitalismo operaria sob tais circunstâncias, isto é, a sua distinção *qualitativa*.

Financeirização pode ser mais bem compreendido como um modo de existência *do capital em geral* (Saad-Filho, 2017, p. 250). Ou seja, não se trata meramente de um setor capitalista hipertrofiado, mas de um sistema que se reproduz sob a lógica do ciclo de valorização daquilo que Marx chamou de “Capital Portador de Juros” (Marx, 2008, p. 453-454). Trata-se de lógica que subsumi as demais formas do capital, alterando a alocação e a composição de recursos (produção, crédito, investimentos etc.), ampliando a quantidade e a importância de ativos financeiros, reduzindo a

temporalidade e a espacialidade da valorização, propiciando altas remunerações e bônus para seus administradores, entre outras expressões.

A financeirização, historicamente, emergiu das contradições do capitalismo sob o sistema Bretton Woods, sendo o resultado, como já exposto anteriormente, de um complexo de alterações geopolíticas, institucionais, produtivas e ideológicas. De maneira geral, implicou novo padrão de desenvolvimento no capitalismo, no qual se observam vulnerabilidades no sistema monetário e financeiro internacional, queda na taxa de investimento e crescimento nas potências tradicionais, deslocamento de massivos investimentos e taxas de crescimento nos países da Ásia – notadamente, na China –, aumento da desigualdade social entre outras características (Fine; Saad-Filho, 2016, p.14).

A financeirização implica ainda uma específica forma de globalização no neoliberalismo, isto é, a transnacionalização dos circuitos de acumulação a partir dessa lógica, reconfigurando a divisão internacional do trabalho. Nesta divisão, resta preservado o papel das instituições financeiras lastreada nos EUA, bem como sua moeda, servindo para recompor o imperialismo após o colapso do sistema Bretton Woods (Saad-Filho, 2017, p. 250). Esse processo não abdica dos Estados, mas se realiza através de seus aparatos, a despeito do véu ideológico da “não intervenção”.

Em suma, as mútuas relações entre a *financeirização* (entendida como expressão da subsunção da lógica de valorização dos capitais ao capital portador de juros) e a *globalização* (centralização desse circuito de acumulação na órbita dos EUA) conferem a base material do *neoliberalismo* (Saad-Filho, 2017, p. 251). À luz dessa lógica, o conceito de neoliberalismo emerge, então, como um particular sistema de acumulação anelar ao imperialismo estadunidense.

3. Crises e Reações ao Neoliberalismo

O aumento da desigualdade social a patamares semelhantes aos encontrados no fim do século XIX (Piketty, 2014, p. 303-328), a vulnerabilidade e o constrangimento dos governos locais aos humores dos credores internacionais (Streeck, 2012, p. 54), as baixas taxas de crescimento e de acumulação (Duménil; Lévy, 2005, p. 15-16) e as recorrentes crises nas praças financeiras se tornaram o novo normal sob os auspícios da etapa neoliberal do imperialismo estadunidense.

Apesar das promessas, a integração das economias aos ditames sintetizados no (Pós-) Consenso de Washington não gerou nem prosperidade social tampouco estabilidade econômica, mas o seu exato oposto. As fragilidades dos países periféricos, notadamente de renda média, foram sentidas já nas crises mexicana, em 1994/5; na dos “tigres asiáticos”, na russa e na brasileira, nos anos 1997/9; na da Turquia e na da Argentina, nos anos 2001/2 (Chesnais, 2005, p. 63-65; Toporowski, 2005, p. 110).

Diferentemente dos clássicos desarranjos econômicos gerados pelas crises de superprodução de bens que caracterizaram o capitalismo outrora, as crises mais agudas no neoliberalismo são ativadas por mecanismos ligados prioritariamente ao circuito das mercadorias financeiras. Na opaca teia de relações entre atores e instituições que atuam nos mercados de

câmbio e de crédito (agências de risco, bancos, instituições do chamado *shadow banking system* entre outros), volumes crescentes de recursos sociais são drenados na corrida para valorizar os ativos financeiros. Nesse contexto, a própria gestão empresarial sofre mutações: os cargos gerenciais outrora ocupados por pessoas ligadas às práticas industriais são substituídos por *experts* das finanças. Frequentemente, a contradição entre a supervalorização desses ativos e o baixo desempenho da produção real assume a forma de bolhas especulativas, que, quando estouram, geram consequências dramáticas em todo o conjunto da economia (Brenner, 2002; Chesnais et al., 2010; Duménil; Lévy, 2014).

O neoliberalismo alteraria ainda as condições dos Estados de mobilizarem os instrumentos de política econômica como em tempos anteriores. O controle sobre a alocação de recursos públicos seria sistematicamente transferido para um sistema financeiro internacionalizado e privatizado, porém fortemente concentrado na órbita das instituições estadunidenses (Saad-Filho, 2011, p. 07). Esse processo se revelaria ainda mais complicado para os países da periferia, que, ao aderirem às práticas do livre comércio e à desregulamentação financeira, ficariam em situação de maior dependência em relação às flutuações do capital externo.

O país detentor das mais excepcionais condições de desenvolvimento, dentro do quadro global do neoliberalismo, é certamente a China, haja vista a permanência de fortes restrições e controles nacionais sobre o fluxo de capitais, bem como o extraordinário ritmo de crescimento (Arrighi et. al, 2003; Arrighi, 2008; Kissinger, 2011; Pomar, 2003). Ainda assim, o país não tem ficado completamente imune às oscilações financeiras da economia mundial. Como pontua Gregory Chin (2010, p. 707), a China sofre os efeitos indiretos das crises financeiras, como a queda nos níveis comerciais e nos investimentos estrangeiros.

As duras experiências das crises nos países periféricos e das relações conflituosas destes com as instituições multilaterais existentes, por sua vez, impulsionaram diversas tentativas para reduzir as vulnerabilidades frente ao sistema: a exemplos da constituição de fundos monetários regionais e da intensificação da estratégia de acumular reservas monetárias acima do recomendado pelo próprio FMI. Esse último foi o caso do Brasil e da China ao longo da primeira década dos anos 2000, que, com os superávits comerciais, estocaram reservas internacionais extraordinárias para prevenir futuras pressões no balanço de pagamentos. Na opinião de Gregory Chin, tais estratégias atestam a desconfiança sobre as verdadeiras intenções das medidas propostas pelo FMI e pelo BM ao longo das crises anteriores (Chin, 2010, p. 697).

O sistema de acumulação neoliberal reconfigurou a divisão internacional do trabalho por meio das práticas de *outsourcing* e deslocamento territorial da produção, gerando uma nova divisão internacional do trabalho. Para os países da América Latina e África, houve uma espécie de regressão colonial, visto que suas economias passaram cada vez mais a se tornarem dependente do setor primário-exportador. A região asiática, por outro lado, vivenciou verdadeiro boom industrial, tornando-se o grande centro manufatureiro do globo, com destaque para o papel da China. Esse país asiático soube aproveitar a janela de oportunidades

aberta pelas contradições do imperialismo na etapa neoliberal, seja por meio da aproximação tática com os EUA nos anos 70, seja pelo foco dos EUA com os conflitos no Oriente Médio, seja com a estratégia de desenvolvimento nacional organizada a partir do controle cambial, do crédito e da política industrial e tecnológica planejada e monitorada com atenção pelo Partido Comunista Chinês. Por seu turno, os EUA e a Europa continental passaram por um longo processo de especialização das economias nos setores financeiros, apropriando-se, por meio desses mecanismos, da riqueza mundial.

A dinâmica internacional mudaria de qualidade quando o epicentro das crises do capitalismo neoliberal deslocou-se da periferia para o centro do imperialismo.

3.1 A CRISE FINANCEIRA NO CENTRO DO IMPERIALISMO

A vitória dos EUA frente às mencionadas contestações sistêmicas acirradas já nos anos 1970, ao repor a sua liderança imperialista por meio da etapa neoliberal, ironicamente, criou também as condições para a crise atual. Isso porque a financeirização não só se revelou portadora de “vulnerabilidade sistêmica” para os países da periferia, mas também para os próprios países do centro imperialista.

Apesar dos imensos acúmulos de riqueza durante os *booms* especulativos, as potências capitalistas sentiram os efeitos perversos da financeirização em suas economias a partir dos desdobramentos da crise de 2007. Detonada com o colapso do mercado de hipotecas *subprime* na Bolsa de Nova Iorque, a economia mundial entrou em parafuso, com a dramática crise bancária que se seguiu nos principais centros financeiros (Farhi; Cintra, 2009, p. 279-282). O pânico no mercado de ações e a quantidade de falências e de prejuízos contabilizados foram impressionantes – cerca de US\$ 40 trilhões, ou 45% da riqueza mundial (Greenspan, 2009; Saad-Filho, 2011, p. 13).

A magnitude e os desafios derivados dessa crise encontram paralelos somente aos vivenciados no grande *crash* de 1929. Alguns chegariam a tratá-la como expressão de uma crise do neoliberalismo (Duménil; Lévy, 2014) ou mesmo como uma *derrota* que abriria margem para a emergência de um novo tipo de capitalismo (Bresser-Pereira, 2010, p. 72). Dentro desse espírito generalizado de mudanças e de expectativas, outros analistas especulariam que a crise possibilitaria um novo “momento Bretton Woods”. Isto é, aventou-se a possibilidade de se aproveitar a crise e erigir esforço para reconstruir o sistema monetário e financeiro internacional sob novas bases (Chin, 2010, p. 693; Cohen, 2013, p. 31; Helleiner, 2010, p. 619).

Expectativas como essas logo se revelaram frustradas. O voluntarismo de tais análises decorre justamente da subestimação do papel estratégico que o controle sobre a moeda de curso internacional possui para o imperialismo estadunidense. Dito de outra maneira, a realização de um novo arranjo depende não apenas da vontade política e de uma crise econômica, mas de força geopolítica capaz de impor derrotas às reações dos EUA para manter sua primazia nas relações monetárias e financeiras internacionais.

Afinal, a história do imperialismo EUA tem demonstrado que, sempre que as contradições entre o papel internacional da sua moeda e as suas demandas domésticas (sejam elas comerciais ou militares) se aguçaram, este logrou impor importantes ajustes sistêmicos para preservar sua hegemonia geopolítica, em geral, e a dominância nos arranjos monetários e financeiros internacionais, em particular. Esses ajustes foram verdadeiros atos de império, a exemplo do já mencionado rompimento unilateral dos acordos de Bretton Woods nos anos 70, rompendo a paridade dólar-ouro. Outro exemplo que vale a pena ser destacado foi o da imposição de alterações cambiais em relação ao iene japonês para reverter os fluxos comerciais e financeiros entre os EUA e aquela potência asiática, que, de virtual competidora, como muitos pensavam nos anos 80, passaria a ocupar um papel claramente subordinado e associado ao imperialismo EUA.

Tais exemplos reforçam o argumento de que a capacidade de impor e manter uma determinada moeda como a moeda de curso internacional depende não só de variáveis estritamente econômicas (como o nível de capacidade industrial, tecnológica, comercial etc.) de um país ou coalizão de países, mas depende também de capacidades militares e culturais. A força das armas é fundamental para se dissuadir e/ou combater competidores sistêmicos, ao passo que a difusão de valores e crenças é importante para alinhar interesses nos equilíbrios instáveis que marcam o imperialismo.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

Apesar de sua resiliência, o imperialismo estadunidense tem enfrentado importantes desafios. No plano doméstico, os efeitos e os fundamentos da crise de 2007 não foram resolvidos, revelando o perverso peso de décadas de financeirização sobre os setores produtivos e sobre a economia das famílias do país (em especial, nas variadas formas de endividamento). Com o deslocamento de importantes cadeias industriais para fora de seu território, alterou-se a morfologia da estrutura de emprego, renda e expectativas de futuro de sua população. Para ficarmos em um único, mas simbólico exemplo, pela primeira vez na história dos EUA, as gerações que nasceram a partir dos anos 1980 vivem em condições piores do que aquelas enfrentadas pelos seus pais⁹ - dado que representa uma quebra na promessa do “sonho americano” (Chomsky, 2017). *Pari passu* ao aumento da desigualdade social e da deterioração das condições de vida das maiorias na sociedade, avolumam-se conflitos internos, exacerbando os limites e contradições do modelo “democrático” imperialista, cada vez mais capitulado por forças extremistas, reavivando discursos de verve (neo)fascista.

A pandemia, ao mesmo tempo em que escancarou a dependência do complexo industrial da saúde dos EUA aos circuitos estrangeiros, exacerbou as dificuldades do país em liderar a luta global contra a doença. Além das retóricas chauvinistas e negacionistas do governo de Donald Trump, o país realizou atos imorais de pirataria, confiscando produtos e equipamentos de saúde de outros países que passavam pelo seu território¹⁰. Ainda, o uso intensivo do dólar (e do circuito financeiro que lhe é anelar) como arma de combate à Rússia no contexto da Guerra da

9. <https://exame.com/economia/educados-e-pobres-jovens-tem-so-5-da-riqueza-dos-eua/>

10. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245>

Ucrânia tem servido para aumentar o interesse de países não-alinhados por formas de desdolarização de suas transações econômicas.

Nesse contexto de contradições e conflitos, é que devemos entender as movimentações geopolíticas e geoeconômicas de países que almejam, em algum grau, maior liberdade em relação ao sistema de forças do imperialismo estadunidense. Esse é, por exemplo, o caso do BRICS (acrônimo de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que, na Cúpula realizada na África do Sul, em agosto de 2023, não só discutiu a possibilidade de criação de uma moeda comum, como anunciou o aceite de pedidos de ingressos de seis novos membros: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. A análise dos limites e potenciais dessas iniciativas frente ao imperialismo em crise, por sua vez, demanda um outro texto.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Luís. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARRIGHI, Giovanni et al. **The Resurgence of East Asia**. Londres: Routledge, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BEAUD, Michael. **A História do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. 'O Declínio de Bretton Woods e a Emergência dos Mercados "Globalizados" In: **Economia e Sociedade**, n. 4, junho, p.10-20, 1995.
- BOYER, Robert. **Teoria da regulação – Os fundamentos**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- BRENNER, Robert. "The Looming Crisis of World Capitalism: From Neoliberalism to Depression?" In: **Against the Current**, October, 1998.
- BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?", p.51-72, In: **Novos Estudos**, vol. 86, São Paulo: CEBRAP, 2010.
- BROZ, J. Lawrence; FRIEDEN, Jeffry. "The Political Economy of International Monetary Relations", p. 317-343, In: **Annual Review of Political Science** 4, 2001
- BUKHARIN, Nikolai. **Imperialism and World Economy**. London: Martin Laurence Editor, 1972.
- CARDIM, Fernando. "Bretton Woods aos 60 anos". In: **Novos Estudos**, nº 70, São Paulo: CEBRAP, 2004.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização Financeira**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- CHESNAIS, François. (Org.) **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François (et al.). **Finança Capitalista**. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.
- CHIN, Gregory. "Remaking the Architecture: The Emerging Powers, Self-insuring and Regional Insulation", In: **International Affairs**, vol. 86(3): p.693-715, 2010.
- CHOMSKY, Noam. **Requiém para o Sonho Americano**: os 10 princípios de concentração de riqueza e poder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- COHEN, Benjamin. "The Coming Global Monetary (Dis)Order", In: HELD, David; ROGER, Charles (Eds.), **Global Governance at Risk**. Polity Press, 2013.
- DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. "The Neoliberal (Counter-)Revolution", p. 9-19, In: SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). **Neoliberalism: A Critical Reader**. Londres: Pluto Press, 2005.
- DUMENIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

- EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital: A history of the international monetary system.** Princeton University Press, 2008.
- EPSTEIN, Gerald A. (ed.) **Financialization and the world economy**, Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2005.
- FARHI, Maryse; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. “A arquitetura do sistema financeiro internacional contemporâneo”, p. 274-294, In: **Revista de Economia Política**, v. 29, 2009.
- FINE, Ben; SAAD-FILHO, Alfredo. “Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism”, p.1-22, In: **Critical Sociology**, SAGE, 2016.
- FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento, p.49-83, In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIORI, José Luís. Guerra da Ucrânia – a conjuntura e o sistema. In: **A terra é Redonda**, 18 mar. 2022a. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/guerra-da-ucrania-a-conjuntura-e-o-sistema/>. Acesso em: 05 de junho de 2024
- FIORI, José Luís. Ucrânia. In: **A terra é Redonda**, 21 jul. 2022b. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ucrania/>. Acesso em: 05 de junho de 2024
- FURNO, Juliane. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Da Vinci, 2022.
- GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- GREENSPAN, Alan. ‘Equities Show Us The Way to a Recovery’, In: **Financial Times**, 30 de mar. 2009.
- HAGGARD, Stephan; MAXFIELD, Sylvia. “The Political Economy of Financial Internationalization”, p.35-68, In: **The Developing World**, International Organization 50:1, 1996.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HELLEINER, Eric. “A Bretton Woods moment? The 2007–2008 crisis and the future of global finance”, p. 619–636, In: **International Affairs**, n.86: 3, 2010.
- HILFERDING, Rudolf. “O Capital Financeiro”. In: CARNEIRO, R. (org.). **Os Clássicos da Economia** – v.2. São Paulo: Ática, 1997.
- HOBSBAWN, Eric. **J. Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARTIN, Lisa. “Introduction”, p.1-11, In: MARTIN, Lisa (Ed.). **The Oxford handbook of the political economy of international trade**. Oxford University Press, 2015.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3. Volume 5. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MCKINNON, Ronald. “Rules of the Game: International Money in Historical Perspective”, p. 1-44, In: **Journal of Economic Literature**, Vol. 31, No. 1 (Mar.), American Economic Association Stable, 1993.
- MUNCK, Ronaldo. “Neoliberalism and Politics, and the Politics of Neoliberalism”, In: SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). **Neoliberalism: A Critical Reader**. London: Pluto Press, 2005.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PIKETTY, Thomas. **Capital: in the Twenty-First Century**. Cambridge, Massachusetts London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PRATES, Daniela Magalhães. “As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional”, p. 263-288, In: **Revista de Economia Contemporânea**, vol 9, n 2, 2005.
- POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: UNESP, 2003.
- SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). **Neoliberalism: A Critical Reader**. London: Pluto Press, 2005.

SAAD-FILHO, Alfredo. “Crise no Neoliberalismo ou Crise do Neoliberalismo?”, p.6-19, In: **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, 2011.

SAAD-FILHO, Alfredo. “Neoliberalism”, p.245-254, In: BRENNAN, David; KRISTJAN-SON-GURAL, David; MULDER, Catherine; OLSEN, Erik (eds.). **Routledge Handbook Marxian Handbook of Economics**. New York: Routledge, 2017.

STREECK, Wolfgang. “As crises do Capitalismo Democrático”, p.35-56, In: **Novos Estudos CE-BRAP**, nº 92, 2012.

TOPOROWSKI, Jan. “‘A Haven of Familiar Monetary Practice’: The Neoliberal Dream in International Money and Finance”, p.106-112, In: SAAD-FILHO, Alfredo; JOHNSTON, Deborah (eds.). **Neoliberalism: A Critical Reader**. London: Pluto Press, 2005.

WEISBROT, Mark; JOHNSTON, Jake. “Voting Share Reform at the IMF: Will it Make a Difference?”, p.1-7, In: **Center for Economic and Policy Research**, 2016.